

---

## POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: A IMAGEM PÚBLICA PROGRAMADA NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS E JORNALÍSTICOS

*BRAZILIAN FOREIGN POLICY: THE PUBLIC IMAGE PROGRAMMED  
IN DIPLOMATIC AND JOURNALISTIC SPEECHES  
POLÍTICA EXTERIOR BRASILEÑA: LA IMAGEN PÚBLICA PROGRAMADA  
EN LOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS Y PERIODÍSTICOS*

REJANE DE OLIVEIRA POZOBON<sup>1</sup>

ANDRESSA COSTA PRATES<sup>2</sup>

Submissão: 28/09/2020  
Aprovação: 23/11/2020  
Publicação: 21/12/2020

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências da Comunicação. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação e Política UFSM/CNPq.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-4828-3148>. E-mail: [rejane.op@terra.com.br](mailto:rejane.op@terra.com.br)

<sup>2</sup> Mestre e Doutoranda em Comunicação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Comunicação e Política UFSM/CNPq.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-9096-8191>. E-mail: [andressac.prates@hotmail.com](mailto:andressac.prates@hotmail.com)

---

### RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a política externa nacional, a partir da “imagem pública programada” (GOMES, 2004) nos discursos diplomáticos e jornalísticos. Para tanto, recorreremos a “análise discursiva argumentativa” (AMOSSY 2018a e 2018b) para analisar os discursos proferidos pelo Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas e as reportagens jornalísticas do Jornal Folha de S. Paulo no período que compreende o início do processo de redemocratização até os dias atuais (1988-2019). Neste artigo, por conta das limitações de espaço, focaremos a análise nos discursos diplomáticos e jornalísticos dos anos de 1988, 1989, 2018 e 2019.

**Palavras-chave:** Política Externa. Discurso Jornalístico. Discurso Diplomático. Imagem Pública Programada.

## **ABSTRACT**

The article aims to analyze national foreign policy, based on the “programmed public image” (GOMES, 2004) in diplomatic and journalistic speeches. Therefore, we used “argumentative discursive analysis” (AMOSSY 2018a and 2018b) to analyze the speeches made by Brazil at the United Nations General Assembly and the journalistic reports of the Folha de S. Paulo newspaper in the period that comprises the beginning of the redemocratization process to the present day (1988-2019). In this article, due to space limitations, we will focus the analysis on the diplomatic and journalistic speeches of the years 1988, 1989, 2018 and 2019.

**Keywords:** Foreign Policy. Journalistic Discourse. Diplomatic Speech. Programmed Public Image.

## **RESUMEN**

El artículo tiene como objetivo analizar la política exterior nacional, a partir de la “imagen pública programada” (GOMES, 2004) en los discursos diplomáticos y periodísticos. Para ello, utilizamos el “análisis discursivo argumentativo” (AMOSSY 2018a y 2018b) para analizar los discursos pronunciados por Brasil en la Asamblea General de Naciones Unidas y los reportajes periodísticos del diario Folha de S. Paulo en el período que comprende el inicio del proceso de redemocratización hasta la actualidad (1988-2019). En este artículo, por limitaciones de espacio, centraremos el análisis en los discursos diplomáticos y periodísticos de los años 1988, 1989, 2018 y 2019.

**Palabras clave:** Política Exterior. Discurso Periodístico. Discurso Diplomático. Imagen Pública Programada.

## **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Pesquisas apontam que são escassos os estudos que se debruçam sobre os discursos diplomáticos enquanto gênero discursivo de relevância para a projeção da imagem de um país (PIMENTEL, 2018). E podemos constatar que são insuficientes as pesquisas que reúnem os dois gêneros: discursos diplomáticos e jornalísticos, a fim de investigar as afetações que um campo pode provocar sobre o outro.

Neste artigo a intenção é analisar os discursos diplomáticos e jornalísticos acerca da política externa nacional. Para isso, verificamos como se dá a construção discursiva argumentativa dos representantes oficiais do Brasil durante os encontros na Assembleia Geral das Nações Unidas e como os textos jornalísticos constroem suas narrativas a partir de tais acontecimentos internacionais. Elegemos como metodologia de análise a “argumentação discursiva” (AMOSSY, 2018). Para alcançar o objetivo proposto fazemos uso de um protocolo de análise com base em seis estratégias argumentativas explicitadas no decorrer do texto.

Nossa hipótese é que a “imagem pública programada” (GOMES, 2004) do Brasil através dos discursos diplomáticos não é a mesma imagem pública conferida pelos meios de comunicação. Acreditamos que o jornalismo se posiciona criticamente sobre a política externa nacional, atuando principalmente por meio da ideia de “diplomacia da mídia intermediadora” (GILBOA, 2001). Esse conceito propõe que jornalistas atuam de forma semelhante a diplomatas, mediando negociações internacionais e gerando reflexões críticas. Além disso, entende o uso da mídia como ferramenta para alcançar a opinião pública e o seu uso nas relações internacionais.

Para desenvolver a análise elegemos como objeto empírico o jornal Folha de S. Paulo, diário de maior circulação nacional e que, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), teve a maior média mensal de pagantes entre os veículos, na soma das versões impressa e digital, no ano de 2019. Já a coleta dos discursos diplomáticos foi feita nas “Resenhas de Política Exterior do Brasil”, coletâneas publicadas semestralmente no site do Ministério das Relações Exteriores, com todos os discursos em eventos e encontros que o Brasil participa.

Precisamos pontuar a importância do jornal Folha de S. Paulo para além de sua ampla circulação. Compreendemos o papel da imprensa como “ator político” (BORRAT, 1989) capaz de influenciar na tomada de decisões e, portanto, na atuação política tanto em nível nacional, quanto internacional.

Foram analisados os discursos do período entre os anos de 1988 até 2019, mas por conta das limitações do artigo essa análise está focada nas publicações dos anos de 1988, 1989, 2018 e 2019. O recorte, abrangendo todo o período pós-redemocratização, nos permite analisar como discursos construídos em um contexto social e político relativamente semelhante podem trazer especificidades e contornos distintos.

## **IMAGEM PÚBLICA PROGRAMADA: DIPLOMACIA E JORNALISMO**

Provavelmente o principal desafio em comunicação por parte dos atores envolvidos nas questões relativas à política internacional seja manter uma imagem positiva do seu país frente às demais nações.

Marques e Silva (2009) consideram que um dos principais desafios da política de imagem é estabelecer contato com os receptores de forma que seja possível identificar como se dá a construção de seus enquadramentos sobre as imagens políticas e quais as suas necessidades concretas. No mesmo sentido, Gomes (2004) considera que a maior dificuldade na abordagem da produção e da identificação das imagens públicas está no fato de não se tratar de objeto concreto como no campo da imagem visual. Mas de lidar-se com personae, da ordem da representação, ou seja, “não lidamos com a formação de uma ideia sobre alguém originada pelos anos de convivência, mas com o processo psicológico e social de caracterização” (GOMES, 2004, p. 258).

No caso da política externa o estabelecimento da imagem de um país frente às demais nações depende de diversos fatores, entre eles o econômico e a efetividade de acordos entre nações, por exemplo, e mesmo da imagem pública dos atores políticos envolvidos. No último caso, principalmente a imagem pública política do presidente do país. A preocupação, portanto, não deve se restringir aos setores internos ao campo. A visibilidade das ações em política externa é importante para estabelecer uma imagem positiva para a sociedade como um todo.

Neste sentido, a imprensa atua como um dos atores políticos que colaboram para a divulgação das imagens públicas (PANKE; BOZZA, 2013). Para além da publicização de imagens públicas a imprensa contribui para suas construções e desconstruções. A imagem é produzida na instância da recepção através da subjetividade humana. Porém, ela pode ser programada na instância da emissão. “O emissor não produz a conclusão da inferência, nem realiza o medo, mas dispõe os elementos de tal modo e com tal técnica que a instância subjetiva é levada, por força, a produzir a conclusão e a sentir o efeito que a emissão pretende (GOMES, 2004, p. 267)”.

Assim, partimos do pressuposto de que existem imagens públicas sobre o Brasil programadas pelos discursos diplomáticos. Neste aspecto a instância midiática pode tanto reproduzir a imagem pública do Brasil emitida pelos discursos diplomáticos, quanto desconstruir e programar na emissão de seus discursos uma outra imagem pública do país.

## **A ARGUMENTAÇÃO DISCURSIVA**

Todo discurso tem como propósito a tentativa de modificar, ou de compartilhar, uma ideia, uma crença ou um posicionamento. Amossy (2018a; 2018b) explica que o discurso pode ter uma visada ou uma dimensão argumentativa. Segundo ela, os discursos de dimensão argumentativa buscam orientar, problematizar e compartilhar. Já os discursos de visada argumentativa têm como missão persuadir, convencer. Desta forma, a autora defende que a argumentação se apresenta como um ramo da Análise do Discurso.

O protocolo de análise adotado para o desenvolvimento desta pesquisa faz uso de seis estratégias argumentativas, as quais são propostas por Amossy (2018a; 2018b), são elas: analogia, exemplo, entinema, regra de justiça, consequência e *ethos*. A partir das frases agrupadas em categorizações, identificaremos as finalidades das estratégias argumentativas. A definição das estratégias argumentativas se dá da seguinte forma:

- a) Analogia: argumento baseado na comparação, caracterizado no seguinte esquema: A está para B como C é para D. Ou seja, a “analogia produz paralelismos na medida em que se apoia em similaridades preexistentes” (AMOSSY, 2018a, p.157);
- b) Exemplo: quando uma nova situação é colocada remetendo a algo anterior. “O novo é posto em perspectiva e esclarecido pelo familiar e pelo antigo” (AMOSSY, 2018a, p. 152);
- c) Entinema: espécie de silogismo, mas com termos menos numerosos. O resultado fica subentendido. Desta forma, “se pôde considerar o entimema um silogismo truncado, do qual se pode omitir tanto a premissa maior quanto a conclusão” (AMOSSY, 2018a, p. 140);
- d) Regra de Justiça: estratégia que “requer a aplicação de um tratamento idêntico a seres ou a situações que são integrados numa mesma categoria” (PERELMAN; OLBRECHTS TYTECA, 2005, p. 248);
- e) Consequência: “o enunciador traz o resultado como uma consequência inquestionável” (POZOBON, 2019);
- f) *Ethos*: “ideia de que a eficácia da palavra está relacionada à imagem social (baseada numa legitimidade) e discursiva (construída a partir de coerções da situação de comunicação e das estratégias adotadas) do enunciador” (POZOBON, 2019).

Para aprimorar a análise, incluímos também a observação do uso de fontes jornalísticas. Buscamos identificar as fontes das notícias com base na proposta de Nilson Lage (2002). O autor classifica as fontes dos textos jornalísticos nos seguintes tipos: a) oficiais, oficiosas e independentes; b) primárias e secundárias; c) testemunhas e experts. A fim de sistematizar a tipologia das fontes com base em nosso objeto empírico às classificamos em: oficiais, oficiosas, testemunhas e especialistas (experts).

Conforme o autor, as fontes oficiais são aquelas mantidas pelo Estado ou por instituições que preservam algum poder de Estado, empresas e organizações (sindicatos, associações, fundações). As fontes oficiosas são ligadas à entidade ou indivíduo, mas não estão autorizadas em falar em nome dela (e) e muitas vezes são utilizadas em anonimato. As testemunhas são fontes que, como já diz o nome, testemunharam o acontecimento. E as fontes

especialistas são formadas por pessoas com conhecimento em determinada área e acionadas nos textos para explicar um fato, ou reforçar um posicionamento.

## **IMAGEM PÚBLICA PROGRAMADA NOS DISCURSOS DIPLOMÁTICOS**

Os assuntos em pauta na Assembleia Geral das Nações Unidas abrangem: paz e segurança, desarmamento, cooperação internacional em áreas como direitos humanos e meio ambiente, entre outros. Além de aprovação de novos membros e questões relativas ao orçamento.

O primeiro discurso diplomático analisado foi realizado pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil, chanceler Roberto de Abreu Sodré, no dia 26 de setembro de 1988, na abertura do debate geral da 43ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. A principal característica do discurso é a ideia do Brasil como defensor da paz. Vários trechos do discurso do chanceler deixam clara a intenção de manter a imagem que o Brasil sempre buscou cultivar no cenário internacional ao longo de sua trajetória diplomática: de país pacífico que busca, através do diálogo, a solução dos conflitos envolvendo as nações coirmãs.

E o faz também ao reiterar que esses valores estão presentes na Constituição que logo viria a ser promulgada. Ao longo do discurso Sodré demonstra a preocupação do país com a paz na América do Sul, no Oriente Médio e na Namíbia – país localizado no sudoeste da África. Ao defender a paz e a segurança nesse último reforça a necessidade de “erradicação do odioso crime do racismo institucionalizado”. Relembramos que a África do Sul viveu até 1994 os horrores do apartheid, regime de segregação racial que estabelecia a separação entre negros e brancos.

Durante o discurso, Sodré reitera a necessidade de auxílio e compreensão dos países desenvolvidos com a situação dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil. Posicionamento que seria reutilizado com veemência durante os próximos encontros na ONU. Verificamos também a presença da estratégia argumentativa de regra de justiça, que traz a ideia de exigência de tratamento igual a situações que fazem parte de uma mesma

esfera. Por fim, a estratégia argumentativa de *ethos* foi utilizada pelo chanceler para mostrar o Brasil como uma nação que sempre buscou democraticamente a união internacional.

O segundo discurso diplomático analisado foi proferido pelo então presidente da República, José Sarney, no ano seguinte. A paz continua sendo destaque no discurso diplomático brasileiro, considerada “valor supremo do convívio entre as nações”. Sarney inicia sua fala destacando que “Há esperança” em relação aos avanços na conquista da paz por países como Irã e Iraque, Afeganistão, Namíbia, Angola, entre outros. Embora reitere a preocupação com a situação de diversas outras nações que permaneciam enfrentando crises humanitárias.

Ao apresentar o Brasil como país em que reina a paz, o presidente declarava ser o principal propósito da nação, já em vias de concretização, a democracia. E através do uso da estratégia argumentativa de exemplo José Sarney aciona uma nova situação colocando-a em perspectiva a acontecimentos do passado, compara a democratização de países da América Latina com o processo ocorrido após a Segunda Guerra.

Ideia reforçada também no uso de metáforas: “Ela foi a bandeira que comandou nossos povos para varrer autoritarismos, caudilhos, tiranos, ditadores”. Apesar do entusiasmo em relação à democracia, Sarney tocou em um ponto dramático vivido não somente pelo Brasil, mas também por outros países em desenvolvimento: a falta de crescimento econômico. Reforçou ao longo do discurso a preocupação latente do Brasil com questões que afligem a sociedade, como a fome, a desigualdade, a exploração, a violência, o desemprego.

José Sarney argumenta que a retomada do crescimento econômico pelos países em desenvolvimento só poderia acontecer com a redução e renegociação da dívida externa. Por meio do argumento de consequência o presidente afirmou ser a disciplina e a cooperação substituídas pela autonomia dos países poderosos no que se refere à criação de políticas macroeconômicas, assim provocando aumento da pobreza dos países em desenvolvimento.

Do ano de 1989 pulamos para a análise do discurso proferido na abertura da 73<sup>a</sup> Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, no ano de 2018, que foi feito pelo

então presidente da República Michel Temer. O discurso diplomático de Temer tem como principais valores defendidos a diplomacia e o multilateralismo, o diálogo e a solidariedade.

A paz também continua sendo mencionada como um valor inerente ao Brasil, como é perceptível no uso da estratégia argumentativa de analogia. E ainda quando o então presidente se refere ao posicionamento do Brasil diante das questões do Oriente Médio e Israel: “o Brasil renova seu apoio à solução de dois Estados – Israel e Palestina –, vivendo lado a lado, em paz e segurança”, disse ele. Outra imagem projetada do Brasil bastante clara no discurso do presidente, e que também está presente no imaginário sobre o brasileiro, é a ideia de povo acolhedor e solidário. Valor invocado por Temer como um *ethos* do país ao abordar a questão da imigração dos venezuelanos para o Brasil.

Em 2019, a 74ª Sessão da Assembleia Geral da ONU teve como representante brasileiro o presidente da República, Jair Bolsonaro. Percebemos que o discurso diplomático proferido por Bolsonaro se aproxima do discurso de campanha, o que pode ser identificado, por exemplo, no trecho: “O Brasil agora tem um presidente que se preocupa com aqueles que lá estavam antes da chegada dos portugueses”. Ou, quando ao fim de seu pronunciamento, o presidente conclama o versículo bíblico que marcou sua campanha eleitoral: “E conheceis a verdade, e a verdade vos libertará” - (JOÃO 8:32)”. Entendemos que o presidente ao falar do Brasil aborda seus atos de governo, ou suas propostas, e assim, o seu *ethos* de governante se confunde com a imagem que ele deseja projetar do país.

A ideia de Brasil acolhedor a exemplo do discurso de Michel Temer, no ano anterior, também é difundida na fala de Bolsonaro. A paz como valor ligado ao Brasil da mesma forma está presente: “A devoção do Brasil à causa da paz”.

Um dos trechos mais controversos do discurso de Jair Bolsonaro na ONU foi quando ele implicitamente elogia regimes da ditadura militar, que se estabeleceram no Brasil e em demais países da América Latina por longos anos. Classificamos na categoria de entinema. Na mesma categoria, destacamos fragmento do discurso em que fica subentendido que o Brasil não possui uma democracia consolidada. Esse juízo está relacionado à ideia defendida

pelo presidente de que os governos anteriores ao dele tentaram impor um regime socialista no Brasil. Posicionamento também evidenciado na categoria de Regra de Justiça, quando Bolsonaro recorre a valores do liberalismo econômico ao relacionar liberdade política e livre mercado.

Outro ponto que teve destaque no discurso foi o combate à ideologia. Jair Bolsonaro relaciona as mortes, a ignorância e a miséria no Brasil como consequência da ideologia que teria sido implantada por governos anteriores. Mais uma vez identificamos uma marca discursiva presente na campanha presidencial sendo apropriada pelo discurso diplomático do presidente.

## **A IMAGEM PÚBLICA PROJETADA NOS DISCURSOS JORNALÍSTICOS**

Para este artigo optamos por selecionar as análises das reportagens das duas primeiras e das duas últimas edições do jornal Folha de S. Paulo que compõe o corpus de pesquisa. Na capa da edição da Folha de S. Paulo de 27 de setembro de 1988, um dia após a 43ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, o jornal destacou o discurso do presidente dos EUA, Ronald Reagan, que elogiou a Organização. Porém, não teve destaque de capa para o discurso do ministro brasileiro, Roberto Sodré. Na página 12 o jornal tratou do discurso do brasileiro. A reportagem “Retalia es serão resolvidas no Gatt, afirma Sodré”, abordou um aspecto importante do discurso do ministro, o qual trata das retalia es comerciais que, segundo Sodré, estavam sendo impostas ao Brasil pelos Estados Unidos. O texto também trouxe trechos de entrevista concedida por Sodré em que foi questionado sobre o impasse entre Brasil e Estados Unidos. De acordo com a reportagem, o Brasil estava “sendo ameaçado pelos Estados Unidos de ter vários produtos sobretaxados em retalia o   inexistência de uma lei brasileira que protege as patentes de produtos farmacêuticos norte-americanos” (FOLHA DE S. PAULO, 27/09/1988, p. 12).

Percebemos que o jornalista transcreve a fala do ministro brasileiro em discurso direto como recurso para explicar os fatos. Aplica-se essa técnica no jornalismo para alcançar a

imparcialidade jornalística (BARROS FILHO, 2003). “Os jornalistas veem as citações de opiniões de outras pessoas como uma forma de prova suplementar. Ao inserir a opinião de alguém, eles acham que deixam de participar na notícia e deixam os “fatos” falar” (TUCHMAN, 1993, p. 81).

A 44ª Assembleia Geral da ONU aconteceu no dia 25 de setembro de 1989. Mas a edição da Folha de S. Paulo de 25 de setembro daquele ano não fez nenhuma menção ao evento. Já a edição do dia seguinte traz foto de capa em que aparecem o presidente do Brasil, José Sarney e o presidente dos Estados Unidos, Jorge Bush, em reunião em Nova York. A legenda da imagem destaca que, após discurso na ONU, Sarney se reuniu com Bush para discutir acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os textos, duas matérias e um artigo de opinião, que tratam sobre o encontro entre os dois líderes estão na página A4 da edição.

Na primeira reportagem, “Sarney pede apoio a Bush na negociação do Brasil com o FMI”, identificamos o acionamento da estratégia de consequência na fala de Sarney, a qual é reproduzida na íntegra pelo texto jornalístico, reforçando a ideia de que o jornal usa a construção argumentativa da própria fonte para reforçar e apoiar o seu posicionamento. A mesma lógica está presente no texto “Sarney fala de dívida na ONU”. A construção discursiva da matéria jornalística é baseada quase que totalmente nos trechos de fala do presidente Sarney que foram destacadas em citação ao longo do texto.

No ano de 2018 a Folha de S. Paulo publicou a reportagem “Em final de mandato, Temer vai a reunião da ONU com agenda enxuta”. O jornal utilizou principalmente a estratégia argumentativa de exemplo para retomar aspectos do discurso do presidente Temer em edições anteriores da Assembleia Geral da ONU e relacioná-los com o momento que o país vivia. Fez o mesmo para retomar acontecimentos envolvendo os Estados Unidos e a política de migração de Trump. O Jornal se posiciona contrário à atuação do presidente norte-americano que separou famílias de imigrantes mantendo crianças em abrigos, afastados dos seus pais. Apesar de utilizar como fonte de informação somente o presidente Michel Temer,

a Folha buscou contextualizar o leitor sobre um acontecimento mundial importante que é a crise migratória, tendo como exemplo o caso dos EUA e da Venezuela.

Na edição do dia 26 de setembro, um dia após o primeiro encontro da Assembleia Geral da ONU, a capa da Folha trouxe estampada a imagem de Donald Trump, presidente dos EUA, que aparece sorrindo. A legenda da fotografia afirma que Trump reagiu às risadas da plateia durante seu pronunciamento. Logo abaixo, pequeno texto traz título com ironia: “Trump patriótico provoca risos em assembleia da ONU” e faz chamada para a reportagem completa na página 15 do caderno Mundo. A capa também chama para análise da Patrícia C. Mello, publicada na mesma página 15.

O jornal expõe seu posicionamento contrário a algumas ações em política externa do governo quando afirma que: “Ele disse que o organismo precisa de reformas, especificamente o Conselho de Segurança (CS) – reivindicação antiga do Brasil, deixada em segundo plano por Temer e por sua antecessora, Dilma Rousseff” (FOLHA DE S. PAULO, 26/09/2018, p. 15). E também na coluna da Patrícia Campos Mello quando ela critica o discurso do presidente Temer em defesa dos refugiados apesar de não ter cumprido promessa de receber no país mais 3000 sírios. Da mesma forma, a coluna reflete por meio de ironia e metáforas insatisfação com a política adotada por Temer.

No ano de 2019, o encontro na Assembleia Geral da ONU rendeu duas capas com destaque ao evento. No dia em que o Brasil abriria o debate geral, 24 de setembro, a Folha publicou na primeira página o que era esperado do discurso do presidente Jair Bolsonaro. De acordo com o jornal, a imagem do Brasil que o discurso buscava passar é de comprometimento com o combate ao desmatamento na Amazônia.

Ao lado da reportagem algumas notas abordaram alguns aspectos da viagem de Bolsonaro à Nova York. Uma delas descreveu sobre um pequeno protesto na esquina do hotel em que o presidente se hospedou. Outra tratou da mudança de agenda do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, que participou de reunião sobre liberdade religiosa. Originalmente a agenda do ministro previa reunião com o Grupo de Lima, na qual

o Brasil foi representado pelo secretário responsável pelas Américas, Pedro Miguel. A última nota descreveu o uso de um colar indígena por Bolsonaro durante um jantar em Nova York. A reportagem “Reunião serve como sinalização de pautas de países” explica como funciona a Assembleia Geral da ONU e sua importância nas relações entre os países. Para isso utilizou como fontes de informação dois professores de relações internacionais.

Além dos dois textos, a edição do jornal publicou uma entrevista com Stephen Walt, doutor em Ciência Política e professor em Harvard. Walt é autor do artigo “Quem vai salvar a Amazônia (e como)?”, o qual foi citado pelo chanceler Ernesto Araújo para ratificar a tese de que a soberania nacional estava ameaçada por atores internacionais interessados em intervir na Amazônia. Durante a entrevista Stephen Walt rebate o ministro brasileiro. O título da entrevista é o trecho da fala do entrevistado que resume o teor da conversa: “Ernesto está enganado, Amazônia é problema que afeta todo o planeta”. Consideramos que a entrevista revela o posicionamento do jornal que se mostra contrário às ações e declarações do ministro e do governo de Jair Bolsonaro no que se refere às questões ligadas à preservação da Amazônia.

No dia 25 de setembro de 2019, um dia após a 74ª Assembleia Geral da ONU, o jornal Folha de S. Paulo dispendeu o uso de várias páginas da edição para a publicação de textos, reportagens, artigos e editorial, que abordaram a repercussão do discurso do presidente brasileiro, Jair Bolsonaro.

Na capa da edição o jornal destacou como título: “Bolsonaro ataca críticos na ONU e vê falácias ambientais”. Abaixo o subtítulo resumiu os destaques do jornal sobre a fala de Bolsonaro: “Em tom agressivo, presidente alveja socialistas, ONGs e mídia e cita compromisso com Amazônia”. Logo abaixo, imagem mostra o aperto de mão entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e do Brasil, Jair Bolsonaro. Em coluna à esquerda, o jornal destacou em azul alguns trechos da fala do presidente brasileiro que corroboram com o que é destacado pelo título e subtítulo da capa. Ainda há destaque para as análises dos colunistas e o editorial que tratam do encontro na ONU.

A reportagem principal do jornal sobre o discurso de Bolsonaro na Assembleia da ONU foi publicada na página 15 da edição sob o título “Presidente leva bolsonarismo para ONU em discurso de tom agressivo”. O texto apresenta enquadramento desfavorável sobre o discurso. Enfatiza pontos polêmicos da fala do presidente, e até mesmo capciosos, como quando elogiosamente ele se refere ao regime militar brasileiro e de outros países da América Latina. A reportagem também utiliza como fontes líderes mundiais que estavam presentes na Assembleia e rebateram direta ou indiretamente a fala de Bolsonaro.

O posicionamento da Folha de S. Paulo em contraposição às ideias defendidas por Jair Bolsonaro na ONU também é evidenciado na página 16 da edição. O jornal selecionou trechos do discurso do presidente brasileiro e com contribuição da Agência Lupa identificou mentiras e informações enviesadas na fala de Bolsonaro.

Em editorial publicado tradicionalmente na página 2, a Folha também abordou o discurso de Bolsonaro na ONU. As figuras de linguagem de ironia e de metáfora ajudaram a compor o discurso do jornal e evidenciam o enquadramento desfavorável ao discurso diplomático do presidente. A estratégia argumentativa de entinema acionada no discurso editorial resume essa ideia. O trecho “Dela não se extrai pensamento ou doutrina minimamente coerentes” (FOLHA DE S. PAULO, 25/09/2019, p. 2) se refere à “colcha de retalhos” e deixa implícito que o discurso do presidente não foi proveitoso.

De acordo com a proposta de classificação de fontes de Nilson Lage (2002), verificamos que os textos jornalísticos das edições dos anos de 1988 e 1989 utilizaram somente fontes oficiais para abordar a presença do Brasil na Assembleia Geral das Nações Unidas. Isso se contrapõe às edições mais atuais, nas quais o discurso jornalístico tem feito uso de fontes diversas: oficiais - composta pelos presidentes de países, oficiosas - aquelas ligadas ao Ministério das Relações Exteriores ou à equipe diplomática do país, e as especialistas – formadas por professores da área de política e relações internacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A imagem pública do Brasil programada pelo discurso diplomático não se reflete na imagem conferida pelo discurso jornalístico. A condução da política externa nacional é apresentada pelo jornalismo atual, em geral, sob críticas e enquadramentos de oposição. Porém, tal posicionamento não foi verificado nas primeiras edições dos jornais analisados. O que evidencia uma mudança de postura na construção jornalística acerca da cobertura em política externa nas últimas décadas.

Ao identificarmos as estratégias argumentativas presentes no discurso diplomático percebemos alguns aspectos sobre a imagem que se deseja programar sobre o Brasil nos encontros anuais da Assembleia Geral das Nações Unidas. A paz, como valor supremo, se apresenta nos discursos diplomáticos por ser esta uma tradição diplomática estabelecida, inclusive, constitucionalmente. E que se reflete de forma concreta na história recente do país, livre de conflitos internacionais graves.

Observamos que os dois primeiros discursos diplomáticos analisados abordaram de forma enfática a questão da dívida externa e a necessidade de cooperação econômica internacional em prol dos países em desenvolvimento. Pauta muito debatida ao longo da década de 1990 no Brasil e em outros países subdesenvolvidos.

A democracia surge também como um valor amplamente defendido nos discursos. Nos primeiros textos diplomáticos analisados a democracia surgia como um caminho em que o Brasil buscava se consolidar, já que saía de longos anos de governos militares. No discurso de Michel Temer, no ano de 2018, a democracia já é posta como uma conjuntura consolidada no país.

Compreendemos que a imagem pública programada do Brasil nos primeiros discursos analisados era a de um país que caminhava para a consolidação democrática. Enquanto atualmente a principal marca dos discursos é programar a imagem pública de um país acolhedor em que se pode confiar. O sentido de confiança surge na tentativa de mostrar um

país atrativo aos investidores internacionais, e também um país confiável e acolhedor nas causas humanitárias.

Em relação ao discurso jornalístico, identificamos que os primeiros textos analisados traziam reportagens descritivas sobre os acontecimentos envolvendo a política externa nacional. Mesmo as fontes de informação eram restritas aos líderes que haviam discursado na Assembleia da ONU. Verificamos nestas reportagens o uso da citação das falas das fontes em ordem direta, reiterando e reforçando os argumentos utilizados pelo discurso diplomático. Enquanto os textos atuais têm buscado aprofundar os temas que podem ser debatidos pelos líderes nacionais durante os encontros, comparam discursos e ampliam o debate ao incluir questões internacionais pertinentes na cobertura jornalística.

Os discursos jornalísticos do primeiro momento analisado, edições de 1988 e 1989, tiveram como principais argumentos a ideia de que o endividamento do Brasil era culpa dos bancos e da não cooperação entre as nações envolvidas. Os discursos dos anos de 2018 e 2019 argumentam contra a política migratória dos Estados Unidos e também do Brasil, durante o governo Temer. Também são perceptíveis argumentos de oposição à política ambiental do governo Bolsonaro. E de oposição a diversos trechos do discurso do brasileiro no ano de 2019, inclusive desmentindo alguns dos dados levantados pelo presidente durante seu pronunciamento.

Assim, consideramos que o discurso jornalístico atual se aproxima da ideia de “diplomacia da mídia intermediadora”, quando o jornalista consegue trazer reflexões críticas acerca da política externa e, a partir de uma atuação semelhante a dos diplomatas, pontua aspectos positivos e/ou divergentes que merecem ser melhor analisados.

## **REFERÊNCIAS**

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018a.

\_\_\_\_\_. **Imagens de si no discurso: a construção do *ethos***. 2ed. SP: Contexto, 2018b.

BARROS FILHO, Clóvis de. **Ética na comunicação**. São Paulo: Summus, 2003.

- BORRAT, H. **El periódico, actor político**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1989.
- GILBOA, E. Diplomacy in the media age: three models of uses and effects. **Diplomacy & Statecraft**, v. 12, n. 2, p. 1-28, 2001.
- GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- MARQUES, Ângela C. Salgueiro; SILVA, Célia. Estratégias comunicativas para a (des)construção da imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 45 - 63, jul./dez. 2009.
- PANKE, Luciane. BOZZA, Gabriel. Imprensa e construção da imagem pública de Enrique Peña Nieto na eleição presidencial do México em 2012. In.: **Estudos em Comunicação**, n. 13, pp. 237-260, jun. 2013.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PIMENTEL, P. **Qual Brasil os representantes brasileiros levam para as Nações Unidas? Os discursos diplomáticos na abertura da Assembleia Geral (1985-2017)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Paraná, 2018.
- POZOBON, Rejane. A argumentação enquanto perspectiva teórico-metodológica para estudos de mídia e política. In: **VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA)**, 15 a 17 de maio de 2019, Brasília. Anais... Brasília: UnB, 2019. Disponível: <[http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6\\_Pozobon.pdf](http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT6/gt6_Pozobon.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2020.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. IN: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. pp. 74-90.

## COMO CITAR ESTE ARTIGO

POZOBON, Rejane de O.; PRATES, Andressa C.. Política Externa Brasileira: a imagem pública programada nos discursos diplomáticos e jornalísticos. **Revista Culturas Midiáticas**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 57-74, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-5930.2020v13n2.55509>.